

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
Constituição Federal	Art. 1º Constituição Federal passa a vigorar com os seguintes artigos alterados ou acrescidos, renumerando-se o parágrafo único do art. 161:	
INICIATIVA E TRÂMITE DAS LEIS REGULADORAS		
<p>Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.</p> <p>§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:</p> <p>I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;</p> <p>II - disponham sobre:</p> <p>a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;</p> <p>b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;</p> <p>c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;</p> <p>d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;</p>	<p>Art. 61.</p> <p>.....</p>	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;</p> <p>f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.</p> <p>§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.</p>		
	<p>§ 3º A iniciativa para a apresentação dos projetos de lei complementar que tratem do imposto previsto no art. 155, IV, caberá exclusivamente a:</p> <p>I - Governadores de Estado e do Distrito Federal;</p> <p>II - Assembleias Legislativas, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;</p> <p>III - bancadas estaduais de Deputados Federais ou Senadores;</p> <p>IV - comissão mista de Deputados Federais e Senadores, instituída para esse fim.</p> <p>§ 4º Nos projetos apresentados na forma dos incisos I a III do §3º deverão estar representadas todas as Regiões do País e pelo menos um terço dos Estados e Distrito Federal.</p> <p>§ 5º Não se aplica o disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo aos projetos que tratem das normas gerais previstas no art. 146, III, 'a' a 'd', exceto quanto à definição dos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes do imposto.</p>	<p>Cria regras especiais para a propositura das leis complementares que instituirão e alterarão o IBS (Imposto sobre Operações com Bens e Serviços).</p> <p>O Projeto de Lei Complementar deverá ser apresentado por pelo menos um terço dos Governadores de Estado, das Assembleias Legislativas ou das bancadas estaduais de Deputados Federais ou Senadores, desde que representadas todas as Regiões do País. A iniciativa também cabe à comissão mista de Deputados Federais e Senadores, instituída para esse fim.</p> <p>O §5º objetiva deixar claro que a lei complementar que versar sobre as normas gerais em matéria tributária, prevista no art. 146, III, também podem versar sobre IBS, mesmo que a iniciativa não seja das</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
		<p>peças elencadas no parágrafo (exceto quanto à definição dos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes do imposto).</p>
COMPETÊNCIA JURISDICIONAL		
<p>Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:</p> <p>I - processar e julgar, originariamente:</p> <p>a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;</p> <p>b) os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;</p> <p>c) os <i>habeas corpus</i>, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea "a", ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;</p> <p>d) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, "o", bem como entre tribunal e juízes a ele não</p>	<p>Art. 105.</p> <p>.....</p>	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos;</p> <p>e) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;</p> <p>f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;</p> <p>g) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;</p> <p>h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal;</p> <p>i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;</p> <p>II - julgar, em recurso ordinário:</p> <p>a) os <i>habeas corpus</i> decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;</p> <p>b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;</p> <p>c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um</p>		

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;</p> <p>III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:</p> <p>a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;</p> <p>b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;</p> <p>c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.</p>		
	<p>d) contrariar as leis complementares relativas ao imposto a que se refere o art. 155, IV, bem como a regulamentação de que trata o art. 155, § 7º, I, negar-lhes vigência ou lhes der interpretação divergente da que lhes tenha atribuído outro tribunal.</p>	<p>Dá a competência para o STJ julgar recurso especial de decisão que contrarie as leis complementares e a regulamentação do IBS, bem como aquela que lhes negue vigência ou lhes dê interpretação divergente de outro tribunal.</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>Parágrafo único. Funcionário junto ao Superior Tribunal de Justiça:</p> <p>I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;</p> <p>II - o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.</p>	<p>.....</p> <p>.....</p>	
TRATAMENTO A MICROEMPRESAS		
<p>Art. 146. Cabe à lei complementar:</p> <p>I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;</p> <p>II - regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;</p> <p>III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:</p> <p>a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;</p> <p>b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;</p> <p>c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.</p>	<p>“Art. 146.</p> <p>.....</p>	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.</p>	<p>d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso dos impostos previstos nos arts. 153, III e VIII, e 155, IV, e das contribuições sociais previstas no art. 195, I, e § 13.</p>	<p>Atualiza o dispositivo que versa sobre tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas, passando agora a referenciar o imposto de renda, o IBS e a contribuição social sobre a folha de salários (inclusive a substitutiva sobre o faturamento).</p> <p>Na versão apresentada à Comissão, o imposto seletivo não tinha sido incluído no tratamento diferenciado. Contudo, após verificamos que alguns produtores de bebidas, como os de cervejas artesanais, por exemplo, hoje estão no Simples, e com a vedação anterior, não poderiam mais estar.</p>
<p>Parágrafo único. A lei complementar de que trata o inciso III, d, também poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:</p> <p>I - será opcional para o contribuinte;</p> <p>II - poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado;</p> <p>III - o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento;</p> <p>IV - a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.</p>	<p>.....</p> <p>.....</p>	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:</p> <p>I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;</p> <p>II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;</p> <p>III - cobrar tributos:</p> <p>a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;</p> <p>b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;</p> <p>c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;</p> <p>IV - utilizar tributo com efeito de confisco;</p> <p>V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;</p> <p>VI - instituir impostos sobre:</p> <p>a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;</p> <p>b) templos de qualquer culto;</p> <p>c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de</p>	<p>“Art. 150.</p> <p>.....</p>	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;</p> <p>d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.</p> <p>e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.</p>		
<p>§ 1º A vedação do inciso III, <i>b</i>, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, <i>c</i>, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.</p>	<p>§1º A vedação do inciso III, <i>b</i>, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II e VIII; e 154, II; e a vedação do inciso III, <i>c</i>, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II e III; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.</p> <p>§ 1º A vedação do inciso III, ‘b’, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I; 153, I e II; e 154, II; e a vedação do inciso III, ‘c’, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I; 153, I, II e III; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.</p>	<p>Exclui o Imposto Seletivo do princípio da anterioridade geral, mas o mantém na anterioridade nonagesimal. Além disso, retira do texto as referências ao IPI e ao IOF, que foram extintos pela Emenda.</p>
<p>§ 2º A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.</p> <p>§ 3º As vedações do inciso VI, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e</p>	<p>.....</p> <p>.....</p>	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.</p> <p>§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.</p> <p>§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.</p>		
<p>§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.</p>	<p>§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.</p>	<p>Retira do parágrafo a referência ao ICMS, extinto pela Emenda.</p>
<p>§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.</p>		

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
IMPOSTOS FEDERAIS		
Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: I - importação de produtos estrangeiros; II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; III - renda e proventos de qualquer natureza;	Art. 153.	
IV - produtos industrializados; V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;	IV - (Revogado.) V - (Revogado.)	Extinção do IPI e do IOF, que foram incorporados ao IBS.
VI - propriedade territorial rural; VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.	
	VIII – operações com petróleo e seus derivados, combustíveis e lubrificantes de qualquer origem, gás natural, cigarros e outros produtos do fumo, energia elétrica, serviços de telecomunicações, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, veículos automotores novos, terrestres, aquáticos e aéreos, bem como pneus, acessórios, partes e peças nestes empregados;	Cria o imposto sobre o consumo de bens e mercadorias específicas, de competência federal, que chamaremos de Imposto Seletivo – IS, delimitando as categorias de produtos sobre os quais ele incide. Inclusão do gás natural no Seletivo, após se verificar que ele não era um derivado de petróleo, bem como dos acessórios empregados nos veículos automotores. Alteração na redação, para deixar claro que o imposto incide sobre operações com os produtos citados.
	IX - transmissão <i>causa mortis</i> e doação, de quaisquer bens ou direitos.	O ITCMD passa a ser de competência da União, com toda a arrecadação pertencendo aos Municípios (art. 158, VI).

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.	§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I e II do <i>caput</i> deste artigo	Correção do parágrafo que trata das exceções ao princípio da legalidade, para excluir a menção ao IPI e IOF, que estão sendo revogados pela Emenda.
§ 2º O imposto previsto no inciso III: I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei; II - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)	
	III - incidirá também sobre verbas indenizatórias, naquilo que superar o valor do gasto ou do patrimônio material indenizado.	Regra constitucional para garantir a incidência do imposto de renda sobre algumas verbas que são classificadas como indenizatórias, mas que, na verdade, aumentam o patrimônio acima custo material indenizado.
§ 3º O imposto previsto no inciso IV: I - será seletivo, em função da essencialidade do produto; II - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores; III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior. IV - terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.	§ 3º (Revogado.)	Revogação do parágrafo que tratava do IPI, extinto pela Emenda.
§ 4º O imposto previsto no inciso VI do <i>caput</i> : I - será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>II - não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;</p> <p>III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.</p>		
<p>§ 5º O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do "caput" deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:</p> <p>I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;</p> <p>II - setenta por cento para o Município de origem.</p>	§ 5º (Revogado.)	Revogação do parágrafo que tratava do IOF, extinto pela Emenda.
	<p>§ 6º O imposto de que trata o inciso VIII atenderá ao seguinte:</p> <p>I - incidirá também nas importações, a qualquer título;</p> <p>II - poderá ter alíquotas diferenciadas, nos termos da lei;</p> <p>III - não incidirá na exportação de bens e serviços, estabelecendo a lei a forma de devolução do imposto que os onerar.</p> <p>IV – não poderá ter alíquotas superiores às fixadas para o imposto previsto no art. 155, IV, exceto no caso de cigarros e outros produtos do fumo e de bebidas alcoólicas;</p> <p>V – será monofásico, na forma da lei;</p> <p>VI – não integrará sua própria base de cálculo ou a do imposto de que trata o art. 155, IV.</p>	<p>Regras para o Imposto Seletivo - IS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - incidência na importação; - não incidência na exportação, devendo a lei estabelecer a forma de devolução; - alíquotas diferenciadas, nos termos da lei; - possibilidade de aumento dentro do mesmo exercício, após 90 dias da publicação da lei (art. 150, § 1º, da CF); - os critérios de partilha entre os Estados será definido por lei complementar (art. 161, II, a, 1). <p>O IBS passou a incidir sobre todos os produtos, inclusive sobre aqueles sobre</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
		<p>os quais incide o Seletivo. Por isso, o §6º da proposta original, que proibia isso, foi excluído. Por conta dessa dupla incidência, proibiu-se expressamente que o Seletivo incida sobre si mesmo ou sobre o IBS.</p> <p>Retirou-se a especificação dos tipos de alíquotas diferenciadas;</p> <p>Deixou-se clara a incidência monofásica.</p> <p>Para evitar o excesso de tributação pela União, proibiu-se que a alíquota do Seletivo seja maior que a do IBS para o mesmo produto, exceto para cigarros e bebidas alcólicas (para os quais pode ser desejável alíquotas maiores para compensar externalidades).</p>
	<p>§ 7º O imposto previsto no inciso IX atenderá ao seguinte:</p> <p>I - incidirá também quando o doador tiver domicílio ou residência no exterior ou quando o <i>de cujus</i> possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;</p> <p>II - a lei que o instituir definirá:</p> <p>a) a parcela do produto da arrecadação retida pela União para financiar as atividades de arrecadação, cobrança e fiscalização;</p> <p>b) a forma pela qual as atividades mencionadas na alínea ‘a’ deste inciso poderão ser compartilhadas com os Municípios.</p>	<p>Regras do ITCMD, que passou para a competência federal.</p> <p>Deixa-se expressa sua incidência quando o doador tiver domicílio ou residência no exterior ou quando o falecido possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior.</p> <p>Apesar de passar para a competência da União, toda sua arrecadação será dos Municípios (art. 158, VI), transferindo-se para a lei complementar a definição dos critérios de partilha entre os Municípios (art. 161, II, a, 1).</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
		Sua lei instituidora definirá a parcela da arrecadação que a União reterá para financiar as atividades de arrecadação, cobrança e fiscalização, e o modo como os Municípios poderão participar do processo.
IMPOSTOS ESTADUAIS		
Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:	Art.155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir:	
I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;	I - (Revogado.)	Revogação do ITCMD, que passou para a esfera federal (art. 153, IX).
II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;	II - (Revogado.)	Extinção do ICMS, que foi incorporado ao IBS.
III - propriedade de veículos automotores.	III - imposto sobre propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos; IV - por intermédio do Congresso Nacional, imposto sobre operações com bens e serviços, ainda que se iniciem no exterior.	Inclusão, na incidência do IPVA, da propriedade de veículos automotores aquáticos e aéreos (lanchas e jatinhos). Criação do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços - IBS (o Imposto sobre Valor Agregado), de competência dos Estados, e instituído pelo Congresso Nacional nos termos do art. 61, §3º.
§ 1º O imposto previsto no inciso I: I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário	§ 1º (Revogado.)	Revogação do parágrafo que tratava do ITCMD, que passou para a esfera federal (art. 153, IX).

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;</p> <p>III - terá competência para sua instituição regulada por lei complementar:</p> <p>a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;</p> <p>b) se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;</p> <p>IV - terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal;</p>		
<p>§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:</p> <p>I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;</p> <p>II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:</p> <p>a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;</p> <p>b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;</p> <p>III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;</p> <p>IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às</p>	<p>§ 2º (Revogado.)</p>	<p>Revogação do parágrafo que tratava do ICMS, extinto pela Emenda.</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>operações e prestações, interestaduais e de exportação;</p> <p>V - é facultado ao Senado Federal:</p> <p>a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;</p> <p>b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;</p> <p>VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, "g", as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;</p> <p>VII - nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual;</p> <p>a) (revogada);</p> <p>b) (revogada);</p> <p>VIII - a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída:</p>		

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>a) ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto;</p> <p>b) ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto;</p> <p>IX - incidirá também:</p> <p>a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;</p> <p>b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;</p> <p>X - não incidirá:</p> <p>a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;</p> <p>b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;</p> <p>c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;</p>		

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;</p> <p>XI - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;</p> <p>XII - cabe à lei complementar:</p> <p>a) definir seus contribuintes;</p> <p>b) dispor sobre substituição tributária;</p> <p>c) disciplinar o regime de compensação do imposto;</p> <p>d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;</p> <p>e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, "a";</p> <p>f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;</p> <p>g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.</p> <p>h) definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer</p>		

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, b;</p> <p>i) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço.</p>		
<p>§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do caput deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.</p>	<p>§ 3º (Revogado).</p>	<p>Revogação de parágrafo que tratava do ICMS, extinto pela Emenda.</p>
<p>§ 4º Na hipótese do inciso XII, h, observar-se-á o seguinte:</p> <p>I - nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo;</p> <p>II - nas operações interestaduais, entre contribuintes, com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias;</p> <p>III - nas operações interestaduais com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem;</p> <p>IV - as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, g, observando-se o seguinte:</p>	<p>§ 4º (Revogado.)</p>	<p>Revogação de parágrafo que tratava do ICMS, extinto pela Emenda.</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>a) serão uniformes em todo o território nacional, podendo ser diferenciadas por produto;</p> <p>b) poderão ser específicas, por unidade de medida adotada, ou ad valorem, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência;</p> <p>c) poderão ser reduzidas e restabelecidas, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b.</p>		
<p>§ 5º As regras necessárias à aplicação do disposto no § 4º, inclusive as relativas à apuração e à destinação do imposto, serão estabelecidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, g.</p>	<p>§ 5º (Revogado.)</p>	<p>Revogação de parágrafo que tratava do ICMS, extinto pela Emenda.</p>
<p>§ 6º O imposto previsto no inciso III:</p> <p>I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;</p> <p>II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.</p>	<p>§ 6º</p> <p>.....</p>	
	<p>III - não incidirá sobre veículos de uso comercial destinados exclusivamente à pesca e ao transporte público de passageiros e cargas.</p>	<p>Exclui da incidência do novo IPVA os veículos de uso comercial (barcos de pesca, aviões comerciais de passageiros e caminhões de carga).</p> <p>Introduziu-se a obrigação de os veículos sejam usados exclusivamente para uso comercial, para se evitar planejamentos tributários que classificassem bens de uso pessoal com mistos para se enquadrarem na imunidade.</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
	<p>§ 7º O imposto de que trata o inciso IV do caput deste artigo será instituído por lei complementar, apresentada nos termos do disposto no art. 61, §§ 3º e 4º, e atenderá ao seguinte:</p> <p>I - será uniforme em todo o território nacional e terá regulamentação única, vedada a adoção de norma estadual autônoma, ressalvadas as hipóteses previstas em lei complementar;</p> <p>II - será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores, sendo assegurado:</p> <p>a) o crédito relativo às operações com bens e serviços empregados, usados ou consumidos na atividade econômica, ressalvadas as exceções relativas a bens ou serviços caracterizados como de uso ou consumo pessoal;</p> <p>b) o crédito integral e imediato, quando cabível, na aquisição de bens do ativo imobilizado;</p> <p>c) o aproveitamento de saldos credores acumulados;</p> <p>III - incidirá também:</p> <p>a) nas importações, a qualquer título;</p> <p>b) nas locações e cessões de bens e direitos;</p> <p>c) nas demais operações com bens intangíveis e direitos;</p> <p>d) nas operações tributadas pelo imposto de que trata o art. 153, VIII, que se sujeitarão à alíquota padrão do imposto de que trata este parágrafo, assim entendida a aplicável a todas as hipóteses não sujeitas a outro enquadramento especificado na legislação, vedada a adoção de bases de cálculo especiais em relação às referidas operações;</p> <p>IV - não incidirá:</p>	<p>Regras do IBS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - regulamentação única; não cumulatividade; crédito financeiro, inclusive do ativo imobilizado; aproveitamento de saldos credores; princípio do destino; proibição de qualquer tipo de benefício fiscal, exceto para alimentos, medicamentos, transporte público coletivo de passageiros e bens do ativo imobilizado; incidência “por fora”; - incidência nas importações e nas locações de bens e direitos definidas em lei complementar, e nas demais operações com bens intangíveis e direitos; - não incidência nas exportações, sobre a mera movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, e nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita; - permissão de cobrança de forma centralizada em um único estabelecimento ou na origem, ou de utilização de câmara de compensação; - possibilidade de lei complementar estabelecer matérias da regulamentação única que precisem de aprovação do Senado Federal para produzir efeitos.

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
	<p>a) nas exportações, garantidos a manutenção e o aproveitamento do imposto cobrado nas operações anteriores;</p> <p>b) sobre a mera movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira;</p> <p>c) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;</p> <p>V - sem prejuízo do disposto nos arts.156-A e 158, parágrafo único, II, o imposto pertencerá ao Estado de destino do bem ou serviço, nos termos da lei complementar, que poderá estabelecer:</p> <p>a) cobrança em todo território nacional centralizada em um único estabelecimento;</p> <p>b) exigência integral do imposto no Estado de origem do bem ou serviço e repasse ao Estado de destino;</p> <p>c) utilização de câmara de compensação, que poderá ser implementada por tipo de bem ou serviço ou por setor de atividade econômica;</p> <p>VI - não poderá ser objeto de isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia, remissão ou qualquer outro tipo de incentivo ou benefício fiscal ou financeiro vinculado ao imposto, exceto em relação aos seguintes produtos ou serviços:</p> <p>a) alimentos, inclusive os destinados ao consumo animal;</p> <p>b) medicamentos;</p> <p>c) transporte público coletivo de passageiros; e</p> <p>d) bens do ativo imobilizado;</p> <p>VII – não integrará sua própria base de cálculo ou a do imposto de que trata o art. 153, VIII.</p>	<p>- arrecadação, fiscalização e a cobrança pelo Superfisco Nacional (art. 155-A).</p> <p>Passou-se a competência para lei complementar definir o que vem a ser o princípio do destino. CORRIGIR ESTABLECER!!!</p> <p>O IBS passou a incidir sobre todos os produtos, inclusive sobre aqueles sobre os quais incide o Seletivo. Esses produtos se submeterão obrigatoriamente à alíquota padrão do IBS.</p> <p>Por conta dessa dupla incidência, proibiu-se expressamente que o IBS incida sobre si mesmo ou sobre o Seletivo (introdução do inciso VII, com renumeração do seguinte).</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
	VIII - lei complementar estabelecerá as matérias da regulamentação única prevista no inciso I deste parágrafo que somente produzirão efeitos após aprovação por resolução do Senado Federal.	
SUPERFISCO NACIONAL		
	<p>“Art. 155-A. A regulamentação, a arrecadação, a fiscalização e a cobrança do imposto previsto no art. 155, IV, bem como de outros tributos ou responsabilidades que lhe sejam delegados por lei ou convênio, serão realizadas pelo conjunto das administrações tributárias dos Estados e do Distrito Federal, cabendo à lei complementar:</p> <p>I - dispor sobre as regras de organização e funcionamento integrado em âmbito nacional das administrações tributárias estaduais e distrital, de modo a garantir sua unidade, indivisibilidade, independência funcional, autonomia administrativa e remuneração do servidor compatível com o cargo, podendo criar agência tributária reguladora ou órgão afim para o desempenho das atribuições mencionadas no caput deste artigo;</p> <p>II - definir outros tributos que poderão ser arrecadados, fiscalizados ou cobrados nos termos deste artigo, podendo ser delegados por meio de convênio ou lei;</p> <p>III - fixar parcela da receita dos tributos que arrecadar, fiscalizar e cobrar, destinada a financiar suas atividades;</p> <p>IV - criar o Conselho Gestor da Administração Tributária Nacional, composto por representantes do Ministério da Fazenda, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, da administração tributária estadual</p>	<p>Previsão de criação do Superfisco Nacional, que fiscalizará o Imposto sobre Bens e Serviços, e será composto pelo conjunto das administrações tributárias estaduais, podendo, nos termos de lei complementar, ser integrado também pelos fiscos municipais e fiscalizar outros tributos. O Superfisco Nacional terá garantia de unidade, indivisibilidade, independência funcional e autonomia administrativa, será financiado por parcela dos impostos que arrecadar, e seu dirigente máximo será escolhido pelos governadores dos Estados e Distrito Federal.</p> <p>Correção da forma da redação dos incisos V e VI, para manter o paralelismo com os outros incisos.</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
	<p>e da municipal para administrar e coordenar de modo integrado as atribuições previstas no presente artigo, cabendo-lhe estabelecer:</p> <p>a) a instituição de regulamentações e obrigações acessórias unificadas, em âmbito nacional, e a harmonização e divulgação de interpretações relativas à legislação;</p> <p>b) a gestão compartilhada de banco de dados, cadastros, sistemas de contas e informações fiscais referentes aos tributos estaduais e municipais;</p> <p>c) a emissão de diretivas gerais para as autoridades tributárias estaduais, distrital e municipal;</p> <p>d) a coordenação de fiscalizações integradas em âmbito nacional, bem como a arrecadação, cobrança e distribuição de recursos aos entes federados;</p> <p>V - definir a forma pela qual seus dirigentes serão escolhidos pelos governadores dos Estados e Distrito Federal;</p> <p>VI - estabelecer as hipóteses e a forma de participação das administrações tributárias municipais.”</p>	
IMPOSTOS MUNICIPAIS		
<p>Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>I - propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;</p>	<p>Art.156.</p> <p>.....</p>	
<p>III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.</p>	<p>III - (Revogado.)</p>	<p>Extinção do ISS, que foi incorporado ao IBS.</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>IV - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)</p> <p>§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:</p> <p>I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e</p> <p>II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.</p> <p>§ 2º O imposto previsto no inciso II:</p> <p>I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;</p> <p>II - compete ao Município da situação do bem.</p>	<p>.....</p> <p>.....</p>	
<p>§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do caput deste artigo, cabe à lei complementar:</p> <p>I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;</p> <p>II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.</p> <p>III – regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.</p>	<p>§ 3º (Revogado.)</p>	<p>Revogação de parágrafo que tratava do ISS, extinto pela Emenda.</p>
<p>§ 4º (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)</p>	<p>.....</p>	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
	<p>§ 5º Lei complementar estabelecerá, em relação aos impostos previstos neste artigo:</p> <p>I - alíquotas mínimas;</p> <p>II – limites para concessão de benefícios fiscais;</p> <p>III - reajustes mínimos da base de cálculo, em caso de omissão do legislador local em atualizar o valor dos bens sujeitos à tributação.</p>	<p>Para evitar com que os Municípios não exerçam sua capacidade tributária plena, lei complementar federal determinará as alíquotas mínimas dos impostos municipais, limites para concessão de benefícios fiscais, bem com uma política de reajustes mínimos da base de cálculo em caso de omissão do legislador local.</p>
	<p>§ 6º Os impostos previstos neste artigo poderão ser arrecadados, fiscalizados e cobrados pela União, mediante convênio que defina a entrega de parcela do produto da arrecadação destinada a financiar essas atividades e as atribuições que poderão ser compartilhadas com os Municípios.</p>	<p>Para reforçar a arrecadação do IPTU e do ITBI, criou-se a possibilidade de celebração de convênio do Município com a União para a arrecadação, fiscalização e cobrança.</p>
PARTILHA		
<p>Seção VI DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS</p>	<p style="text-align: center;">Seção VI</p> <p>Da Repartição das Receitas Tributárias</p> <p>Art. 156-A. Do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 155, IV:</p> <p>I - vinte inteiros e sessenta e seis décimos por cento, pertencem à União;</p> <p>II - quinze inteiros e quatro centésimos por cento, comporão os fundos e programas previstos no art. 159, I, proporcionalmente aos percentuais fixados nas alíneas ‘a’ a ‘f’ do referido inciso.</p>	<p>Dispositivo cuida da distribuição do IBS para a União e para os fundos constitucionais. Os percentuais de 20, e 15,04% foram obtidos com base na arrecadação de 2015, de forma a compensar a extinção dos tributos federais (exceto CSLL, absorvida pelo IR) e a repartir com os Estados o custo de transferência de receitas do ITCMD e IPVA para os Municípios.</p>
<p>Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:</p> <p>I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;</p>	<p>Art.157.</p> <p>.....</p>	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
II - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.	II - (Revogado.)	A distribuição do imposto criado pela competência residual passou para o art. 159, inciso I.
	III - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 153, VIII.	Dispositivo que garante a participação dos Estados e do DF na arrecadação do Imposto Seletivo.
Art. 158. Pertencem aos Municípios: I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem; II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;	Art. 158.	
III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;	III - o produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores terrestres licenciados em seus territórios;	Toda a arrecadação do IPVA sobre de veículos automotores terrestres passou a pertencer aos Municípios de licenciamento. Para os veículos aquáticos e terrestres, a distribuição ficou para ser definida por lei complementar (art. 161, II, b). O art. 5º da Emenda cria critério temporário até a edição da citada lei complementar.
IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.	IV - (Revogado.)	Revogação de inciso que tratava da partilha do ICMS, extinto pela Emenda.

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
	V - vinte e dois inteiros e oitenta e sete centésimos por cento do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 155, IV.	Determina a participação dos Municípios na arrecadação do IBS. Buscou-se, aqui, manter participação proporcional semelhante àquela que os Municípios tiveram no antigo ICMS (25%), no ano de 2015, somada à arrecadação do ISS, que foi incorporado à base do IBS.
	VI – o produto da arrecadação do imposto federal sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação, de quaisquer bens ou direitos.	Passa a pertencer aos Municípios toda a arrecadação do ITCMD. De acordo com o art. 161, II, a, 1, os critérios de partilha serão definidos em lei complementar.
<p>Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:</p> <p>I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;</p> <p>II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.</p>	<p>Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso V do <i>caput</i> deste artigo, serão creditadas conforme os seguintes critérios:</p> <p>I - oitenta e quatro inteiros e vinte e quatro centésimos por cento pertencerá ao município de destino do bem ou serviço, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 155, § 7, V;</p> <p>II - quinze inteiros e setenta e seis centésimos por cento serão repassados de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.</p>	<p>Cuida da divisão do IBS entre os Municípios: 84,24% ao Município do destino dos bens e serviços, e 15,76% na forma da lei estadual (ou federal, no caso dos Territórios), o que mantém o mesmo montante de recursos sob o poder das Assembleias Legislativas.</p> <p>Na versão original, optou-se por manter a distribuição dos Municípios com base no valor agregado, como é feito atualmente na CF. Nesse modelo, contudo, os Estados receberiam o IBS com base no princípio do destino, e os Municípios pelo valor agregado, que, apesar de não ser idêntico, é mais próximo do princípio da origem.</p> <p>Por isso, passou-se agora a se distribuir os 84,24% do IBS para os Municípios com base no princípio do destino,</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
		<p>autorizando-se que até 10% desses recursos sejam distribuídos com base na população, e mantendo-se um percentual de 15,76% para ser distribuído de acordo com a lei estadual.</p> <p>É necessário conversar com o Deputado sobre esses 15,76%, bem como sobre os 10% dos 84,24% com base na população, pois ele estava querendo tudo com base no princípio do destino!!!</p>
Art. 159. A União entregará:	Art. 159.	
<p>I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma:</p> <p>a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;</p> <p>b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;</p> <p>c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;</p>	<p>I - do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 153, III, e do imposto ou contribuição social que instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelos arts. 154, I, e 195, § 4º:</p> <p>a) oito inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;</p> <p>b) oito inteiros e noventa e um centésimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;</p> <p>c) um inteiro e dezoito centésimos por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;</p>	<p>Define a partilha do imposto de renda e dos impostos e contribuições sociais instituídos com base na competência residual da União.</p> <p>Buscou-se, aqui, manter a mesma estrutura de partilha anteriormente existente para o IR e IPI, de forma a deixar os diversos fundos com arrecadação proporcional semelhante à obtida em 2015, levando-se em conta a incorporação da CSLL pelo IR.</p> <p>Com a alteração na arrecadação esperada para o Imposto Seletivo, foi necessário alterar os percentuais constantes da primeira versão da PEC.</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;</p> <p>e) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano;</p>	<p>d) trinta e nove centésimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano;</p> <p>e) trinta e nove centésimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;</p>	
	<p>f) cinquenta e cinco centésimos por cento ao fundo destinado aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;</p>	<p>Com a extinção do IPI, destinou-se um percentual do IR para compor um fundo de compensação pelas perdas de receita decorrentes da imunidade do imposto nas exportações de produtos industrializados, já que o antigo fundo era composto por parcela da arrecadação do IPI (inciso II do art. 159 da CF).</p> <p>Com a alteração na arrecadação esperada para o Imposto Seletivo, foi necessário alterar os percentuais constantes da primeira versão da PEC.</p>
<p>II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.</p>	<p>II - (Revogado.)</p>	<p>Revogação de inciso que tratava da partilha do IPI, extinto pela Emenda, mas reposto por fundo composto com parcela do IR (alínea “f” do inciso I do art. 159).</p>
<p>III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.</p> <p>§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto</p>	<p>III - (Revogado.)</p>	<p>Revogação de inciso que tratava da partilha do CIDE-Combustíveis, extinta pela Emenda.</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.		
<p>§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.</p> <p>§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.</p>	<p>§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso I, 'f', do <i>caput</i> deste artigo, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.</p> <p>§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso I, 'f', do <i>caput</i> deste artigo, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.</p>	<p>Atualização dos parágrafos que cuidam da distribuição do fundo de exportações, que agora passou a ser composto por parcela do IR.</p> <p>Foi feita pequena correção de forma no fim do §3º.</p>
§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.	§ 4º (Revogado.)	Revogação de parágrafo que tratava da partilha do CIDE-Combustíveis, extinta pela Emenda.
FUNDOS DE SOLIDARIEDADE		
	<p>Art. 159-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios constituirão:</p> <p>I - fundo para reduzir a disparidade da receita per capita entre os Estados, com recursos destinados a investimentos em infraestrutura;</p> <p>II - fundo com os mesmos objetivo e destinação, em relação aos Municípios.</p>	<p>Possibilidade de criação, por lei complementar, de fundos para reduzir a disparidade da receita per capita entre Estados e entre Municípios, com recursos destinados a investimentos em infraestrutura.</p> <p>Para não se permitir que algum ente federativo se acomode, e deixe de</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
	<p>§ 1º Considera-se receita per capita para fins do disposto neste artigo a receita dos impostos próprios arrecadada pelo ente federativo, deduzida das entregas constitucionais transferidas e adicionada das recebidas, e dividida pela população.</p> <p>§ 2º A lei complementar de que trata o art. 161, II, 'a', 3, poderá prever hipótese de retenção ou redução de valores devidos a ente federativo que não empregue esforço na arrecadação dos impostos próprios, autorizada a exclusão de sua participação no fundo.</p>	<p>arrecadar bem seus impostos, contando com as receitas desses fundos, fica definido que lei complementar preveja a possibilidade de reter ou reduzir os valores repassados, ou até de excluir a participação desse ente no fundo.</p> <p>Pequena alteração de redação do inciso I.</p>
DEFINIÇÃO DE VALOR ADICIONADO E RATEIO DO IPVA SOBRE BARCOS E AVIÕES		
Art. 161. Cabe à lei complementar:	Art. 161.	
I - definir valor adicionado para fins do disposto no art. 158, parágrafo único, I;	I - autorizar a distribuição de até dez por cento dos recursos do art. 158, parágrafo único, I, com base na população do Município;	<p>O art. 158, parágrafo único, determina que até 84,24% da parcela do IBS destinada ao Municípios seja distribuído com base no princípio do destino.</p> <p>Neste dispositivo, permite-se que até 10% desse total seja distribuído de acordo com a população do Município.</p> <p>O dispositivo foi alterado com relação à versão original devido à mudança dos critérios de distribuição do IBS para o destino, inicialmente com base no valor adicionado e agora com base no princípio do destino.</p>
II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio	<p>II - estabelecer normas sobre a entrega:</p> <p>a) dos recursos de que tratam:</p> <p>1. os arts. 157, III, e 158, VI, aos Estados e aos Municípios, respectivamente;</p>	Inclui nas atribuições da lei complementar, além daquela já prevista no inciso anteriormente, o estabelecimento de normas sobre a

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;	2. o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e entre Municípios; 3. o art. 159-A, inclusive os critérios de determinação anual do valor a ser destinado aos fundos e de mensuração da receita <i>per capita</i> ;	entrega do Seletivo entre os Estados e o DF, e do ITCMD ao Municípios. Para os fundos do art. 159-A, além das normas de entrega, a lei complementar também estabelecerá os critérios de determinação anual do valor a ser destinado aos fundos e mensuração da receita <i>per capita</i> .
	b) entre os Municípios, da receita do imposto de que trata o art. 155, III, sobre veículos automotores aquáticos ou aéreos;	Lei complementar definirá como se dará a divisão do IPVA sobre veículos automotores aquáticos e aéreos (lanchas e jatinhos), que, por possuírem registros centralizados e uso muitas vezes em todo o território nacional, merecem uma distribuição diferenciada daquela prevista no art. 158, III, que ficará restrita aos veículos automotores terrestres. O art. 5º da Emenda cria critério temporário até a edição da citada lei complementar.
III - dispor sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 157, 158 e 159.	III - dispor sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 156-A, 157, 158, 159 e 159-A.	Inclusão da partilha do IBS com a União e dos fundos do art. 159-A na lei complementar que dispõe sobre o acompanhamento das quotas e liberações das participações.
Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o inciso II.	
VINCULAÇÕES DE RECEITAS DE IMPOSTOS		

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>Art. 167. São vedados:</p> <p>I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;</p> <p>II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;</p> <p>III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;</p>	<p>Art. 167.</p> <p>.....</p>	
<p>IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;</p>	<p>IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para o financiamento das atividades previstas no art. 239 e para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;</p>	<p>Anteriormente, as atividades do art. 239 (seguro-desemprego, abono salarial e financiamento programas de desenvolvimento econômico através do BNDES) eram feitas com recursos do PIS/Pasep. Como esses tributos foram extintos, esses programas passaram a ser financiadas com parte da participação da União no IBS. Por isso, é necessário autorizar essa vinculação de receitas de impostos neste dispositivo.</p>
<p>V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;</p> <p>VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de</p>	<p>.....</p> <p>.....</p>	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;</p> <p>VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;</p> <p>VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;</p> <p>IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.</p> <p>X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.</p> <p>§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.</p> <p>§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele</p>		

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.</p> <p>§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.</p>		
<p>§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.</p>	<p>§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, 'a', 'b' e 'f', para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.</p>	<p>Necessidade de ajuste do dispositivo, em função da revogação do inciso II do art. 159, e da destinação de um percentual do IR para compor um fundo de compensação pelas perdas de receita decorrentes da imunidade do imposto nas exportações de produtos industrializados (art. 159, I, f).</p>
<p>§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo.</p>	<p>.....</p>	
CIDE-COMBUSTÍVEIS		
<p>Art. 177. Constituem monopólio da União: I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;</p>	<p>Art. 177.</p>	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;</p> <p>IV - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem;</p> <p>V - a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme as alíneas b e c do inciso XXIII do caput do art. 21 desta Constituição Federal.</p> <p>§ 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei.</p> <p>§ 2º A lei a que se refere o § 1º disporá sobre:</p> <p>I - a garantia do fornecimento dos derivados de petróleo em todo o território nacional;</p> <p>II - as condições de contratação;</p> <p>III - a estrutura e atribuições do órgão regulador do monopólio da União;</p> <p>§ 3º A lei disporá sobre o transporte e a utilização de materiais radioativos no território nacional.</p>		
<p>§ 4º A lei instituir contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool</p>	<p>§ 4º (Revogado.)</p>	<p>Extinção da CIDE-Combustíveis, que foi incorporada ao IBS.</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>combustível deverá atender aos seguintes requisitos:</p> <p>I - a alíquota da contribuição poderá ser:</p> <p>a) diferenciada por produto ou uso;</p> <p>b) reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, não se lhe aplicando o disposto no art. 150,III, b;</p> <p>II - os recursos arrecadados serão destinados:</p> <p>a) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo;</p> <p>b) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás;</p> <p>c) ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.</p>		
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL		
<p>Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:</p> <p>I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:</p> <p>a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;</p>	<p>Art. 195.</p> <p>.....</p>	
<p>b) a receita ou o faturamento;</p> <p>c) o lucro;</p>	<p>b) (Revogado.)</p> <p>c) (Revogado.)</p>	<p>Extinção das contribuições para a seguridade social sobre a receita ou faturamento (Cofins), que foram incorporadas ao IBS, e sobre o lucro</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
		(CSLL), que foi incorporada ao imposto de renda.
<p>II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;</p> <p>III - sobre a receita de concursos de prognósticos.</p>	<p>.....</p> <p>.....</p>	
<p>IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.</p>	<p>IV - (Revogado.)</p>	<p>Extinção das contribuições para a seguridade social sobre a importação (Pis-Importação e Cofins-Importação), que foram incorporadas ao IBS.</p>
<p>§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.</p> <p>§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.</p> <p>§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.</p> <p>§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da</p>	<p>.....</p> <p>.....</p>	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.</p> <p>§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.</p> <p>§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b".</p> <p>§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.</p> <p>§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.</p> <p>§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o</p>		

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.</p> <p>§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.</p>		
<p>§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do caput, serão não-cumulativas.</p>	<p>§ 12. (Revogado.)</p>	<p>Elimina parágrafo que fazia referência às contribuições sociais sobre o faturamento e a importação.</p>
<p>§ 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, a, pela incidente sobre a receita ou o faturamento.</p>	<p>§ 13. Lei definirá os setores de atividade econômica para os quais a contribuição de que trata o inciso I, 'a', do caput deste artigo pode-rá ser substituída, total ou parcialmente, por contribuição incidente sobre receita ou faturamento.</p>	<p>Com a revogação do § 12, foi necessário adaptar a redação do § 13, que anteriormente fazia referência ao parágrafo revogado.</p>
SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURO-DESEMPREGO		
<p>Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:</p> <p>I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;</p> <p>II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;</p> <p>III - participação da comunidade.</p> <p>§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.</p>	<p>Art. 198.</p> <p>.....</p>	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:</p> <p>I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento);</p>		
<p>II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;</p>	<p>II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, ‘a’ e ‘f’, deduzidas as parcelas que forem transferidas à União e aos respectivos Municípios;</p>	<p>Redefiniram-se, aqui, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde de acordo com a nova estrutura tributária.</p>
<p>III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.</p> <p>§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:</p> <p>I - os percentuais de que tratam os incisos II e III do § 2º;</p> <p>II – os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;</p> <p>III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;</p>	<p>.....</p> <p>.....</p>	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>IV - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)</p> <p>§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.</p> <p>§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.</p> <p>§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.</p>		
<p>Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p>	<p>Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de sete inteiros e setenta e nove centésimos por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p>	<p>Com a nova estrutura de tributos, foi necessário redefinir o percentual de aplicação da União na educação, para garantir destinação equivalente ao sistema anterior, haja vista que contribuições sociais foram incorporadas à base de impostos.</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.</p>	<p>§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados e Distrito Federal à União e aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.</p>	<p>Incluiu no parágrafo as transferências dos Estados e DF à União.</p>
<p>§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.</p> <p>§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.</p> <p>§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.</p>	<p>.....</p> <p>.....</p>	
<p>§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.</p> <p>§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.</p>	<p>§ 5º A União destinará à educação básica pública, como fonte adicional de financiamento, três inteiros e trinta e sete centésimos por cento da receita resultante de impostos e transferências a que se referem o caput e o § 1º deste artigo.</p> <p>§ 6º As cotas estaduais e municipais dos recursos de que trata o § 5º deste artigo serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.</p>	<p>Extinção do salário-educação, que foi incorporado ao IBS.</p> <p>Ao mesmo tempo, determina-se que uma parcela dos impostos da União seja destinada à educação básica pública, garantindo-se parcela equivalente de recursos da que vinha do salário-educação.</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo.</p>	<p>Art. 239. O fundo de custeio do programa do seguro-desemprego e do abono de que trata o § 3º deste artigo será financiado por parcela dos recursos de que trata o art. 156-A, I, nos termos da lei.</p>	<p>Com a extinção do PIS/Pasep pela Emenda, altera-se a redação do art. 239 de modo a garantir o seguro-desemprego e o abono com base na participação que a União receber no IBS. Aprimorou-se a redação dada na versão apresentada.</p>
<p>§ 1º Dos recursos mencionados no "caput" deste artigo, pelo menos quarenta por cento serão destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor.</p> <p>§ 2º Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas, com exceção da retirada por motivo de casamento, ficando vedada a distribuição da arrecadação de que trata o "caput" deste artigo, para depósito nas contas individuais dos participantes.</p>	<p>.....</p> <p>.....</p>	<p>Decidiu-se retornar com a vinculação de recursos para financiar programas de desenvolvimento econômico, através BNDES.</p>
<p>§ 3º Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo</p>	<p>§ 3º Aos empregados que percebam de empregadores sujeitos aos impostos de que tratam os art. 155, IV, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos</p>	<p>Com a extinção do PIS/Pasep pela Emenda, o seguro-desemprego e o abono serão financiados pela participação da União no IBS (art. 156-A), e serão garantidos aos empregados que recebam até 2 salários mínimos</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.	programas mencionados no § 2º deste artigo, até a data da promulgação desta Constituição.	mensais de empregadores que estejam sujeitos ao IBS. Na versão anterior, garantiam-se os benefícios para os empregados de empregadores que recolhiam o IBS ou ao Seletivo, pois, como eles incidiam sobre bases diferentes, isso era importante para garantir o seguro-desemprego e o abono a todos os trabalhadores. Como o IBS passou a incidir sobre todos os produtos e serviços, tornou-se desnecessário mencionar o Seletivo.
§ 4º O financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.	
ALTERAÇÕES E REVOGAÇÕES NO ADCT		
ADCT	Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com os seguintes artigos alterados ou revogados:	
Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições:	Art. 60.	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil;		
II - os Fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do art. 155; o inciso II do caput do art. 157; os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal;	II - os Fundos referidos no inciso I do <i>caput</i> deste artigo serão constituídos por dezessete inteiros e oitenta e seis centésimos por cento dos recursos a que se referem o inciso IV do <i>caput</i> do art. 155; o inciso III do art. 157; os incisos II, III, V e VI do <i>caput</i> do art. 158; e as alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘f’ do inciso I do <i>caput</i> do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.	Corrige as fontes de financiamento do FUNDEB: IBS; participações dos Municípios no ITR, IPVA, ITCMD, IBS e Imposto Seletivo; e destinações do IR para FPE, FPM e fundo de compensação pelas perdas de receita decorrentes da imunidade do IPI nas exportações de produtos industrializados. O percentual é modificado, haja vista ter havido aumento da base de cálculo do fundo.
III - observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 208 da Constituição Federal e as metas de universalização da educação básica estabelecidas no Plano Nacional de Educação, a lei disporá sobre: a) a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre	

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>etapas e modalidades da educação básica e tipos de estabelecimento de ensino;</p> <p>b) a forma de cálculo do valor anual mínimo por aluno;</p> <p>c) os percentuais máximos de apropriação dos recursos dos Fundos pelas diversas etapas e modalidades da educação básica, observados os arts. 208 e 214 da Constituição Federal, bem como as metas do Plano Nacional de Educação;</p> <p>d) a fiscalização e o controle dos Fundos;</p> <p>e) prazo para fixar, em lei específica, piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;</p> <p>IV - os recursos recebidos à conta dos Fundos instituídos nos termos do inciso I do caput deste artigo serão aplicados pelos Estados e Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal;</p> <p>V - a União complementarará os recursos dos Fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, fixado em observância ao disposto no inciso VII do caput deste artigo, vedada a utilização dos recursos a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal;</p> <p>VI - até 10% (dez por cento) da complementação da União prevista no inciso V do caput deste artigo poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria</p>		

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>da qualidade da educação, na forma da lei a que se refere o inciso III do caput deste artigo;</p> <p>VII - a complementação da União de que trata o inciso V do caput deste artigo será de, no mínimo:</p> <p>a) R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), no primeiro ano de vigência dos Fundos;</p> <p>b) R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), no segundo ano de vigência dos Fundos;</p> <p>c) R\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais), no terceiro ano de vigência dos Fundos;</p> <p>d) 10% (dez por cento) do total dos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, a partir do quarto ano de vigência dos Fundos;</p> <p>VIII - a vinculação de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 da Constituição Federal suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerando-se para os fins deste inciso os valores previstos no inciso VII do caput deste artigo;</p> <p>IX - os valores a que se referem as alíneas a, b, e c do inciso VII do caput deste artigo serão atualizados, anualmente, a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, de forma a preservar, em caráter permanente, o valor real da complementação da União;</p> <p>X - aplica-se à complementação da União o disposto no art. 160 da Constituição Federal;</p> <p>XI - o não-cumprimento do disposto nos incisos V e VII do caput deste artigo importará crime de responsabilidade da autoridade competente;</p>		

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.</p> <p>§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar, no financiamento da educação básica, a melhoria da qualidade de ensino, de forma a garantir padrão mínimo definido nacionalmente.</p> <p>§ 2º O valor por aluno do ensino fundamental, no Fundo de cada Estado e do Distrito Federal, não poderá ser inferior ao praticado no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no ano anterior à vigência desta Emenda Constitucional.</p> <p>§ 3º O valor anual mínimo por aluno do ensino fundamental, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado nacionalmente no ano anterior ao da vigência desta Emenda Constitucional.</p> <p>§ 4º Para efeito de distribuição de recursos dos Fundos a que se refere o inciso I do caput deste artigo, levar-se-á em conta a totalidade das matrículas no ensino fundamental e considerar-se-á para a educação infantil, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos 1/3 (um terço) das matrículas no primeiro ano, 2/3 (dois terços)</p>		

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>no segundo ano e sua totalidade a partir do terceiro ano.</p> <p>§ 5º A porcentagem dos recursos de constituição dos Fundos, conforme o inciso II do caput deste artigo, será alcançada gradativamente nos primeiros 3 (três) anos de vigência dos Fundos, da seguinte forma:</p> <p>I - no caso dos impostos e transferências constantes do inciso II do caput do art. 155; do inciso IV do caput do art. 158; e das alíneas a e b do inciso I e do inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal:</p> <p>a) 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano;</p> <p>b) 18,33% (dezoito inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano;</p> <p>c) 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano;</p> <p>II - no caso dos impostos e transferências constantes dos incisos I e III do caput do art. 155; do inciso II do caput do art. 157; e dos incisos II e III do caput do art. 158 da Constituição Federal:</p> <p>a) 6,66% (seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano;</p> <p>b) 13,33% (treze inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano;</p> <p>c) 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano.</p> <p>§ 6º (Revogado pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).</p> <p>§ 7º (Revogado pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).</p>		

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>Art. 91. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados, podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2º, X, a.</p> <p>§ 1º Do montante de recursos que cabe a cada Estado, setenta e cinco por cento pertencem ao próprio Estado, e vinte e cinco por cento, aos seus Municípios, distribuídos segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição.</p> <p>§ 2º A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, conforme definido em lei complementar, até que o imposto a que se refere o art. 155, II, tenha o produto de sua arrecadação destinado predominantemente, em proporção não inferior a oitenta por cento, ao Estado onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços.</p> <p>§ 3º Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o caput, em substituição ao sistema de entrega de recursos nele previsto, permanecerá vigente o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com a redação dada pela</p>	<p>Art. 91. (Revogado.)</p>	<p>Revogação do fundo de compensação das perdas de arrecadação decorrentes da desoneração do ICMS das exportações, haja vista que o IBS é regido pelo princípio do destino.</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
<p>Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002.</p> <p>§ 4º Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos das instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior.</p>		
REGRAS DE TRANSIÇÃO		
	<p>Art. 3º A União instituirá, nos termos da lei, contribuição sobre operações com bens e serviços, que atenderá ao seguinte:</p> <p>I – incidirá sobre a transmissão onerosa e a importação de bens, e sobre a prestação onerosa de serviços, inclusive os iniciados no exterior;</p> <p>II – terá alíquota de até 1% (um por cento) a ser aplicada sobre o valor das operações previstas no inciso I;</p> <p>III – será não cumulativa, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores, sendo assegurado o crédito relativo à aquisição de bens do ativo imobilizado, bem como o crédito relativo às operações com bens e serviços empregados, usados ou consumidos na atividade econômica, ressalvados aqueles caracterizados como de uso ou consumo pessoal;</p> <p>IV – não incidirá sobre as receitas decorrentes de exportação;</p>	<p>Decidiu-se por postergar a vigência do novo Sistema Tributário por quatro anos. Nos segundo e terceiro anos após a promulgação da Emenda, a União instituirá uma contribuição sobre operações com bens e serviços com a alíquota de 1%.</p> <p>Essa contribuição terá todas as características do IBS: não-cumulativa, com crédito financeiro e sem onerar as exportações, e incidirá sobre todos os bens e serviços, sem nenhum benefício fiscal.</p> <p>Seu objetivo não é arrecadatório, mas apenas de conhecer o potencial de arrecadação do novo sistema, permitindo uma boa calibragem das alíquotas do IBS e do Seletivo. Por isso,</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
	<p>V - não poderá ser objeto de isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia, remissão ou qualquer outro tipo de incentivo ou benefício fiscal ou financeiro vinculado ao tributo;</p> <p>VI – incidirá sobre fatos geradores ocorridos no segundo e no terceiro exercícios subsequentes ao da promulgação desta Emenda Constitucional, não se lhe aplicando as vedações do art. 150, inciso III, “b” e “c”, da Constituição Federal.</p> <p>§ 1º O contribuinte poderá compensar o valor pago com a contribuição prevista no caput com a contribuição social prevista no arts. 195, I, ‘b’ da Constituição Federal, em sua redação anterior a dada por esta Emenda Constitucional, preservando-se a destinação da contribuição social compensada.</p> <p>§ 2º Após o fim da vigência da contribuição prevista no caput, eventuais saldos credores acumulados serão restituídos em até sessenta dias.</p> <p>§ 3º Caso a restituição prevista no §2º não ocorra no prazo nele previsto, o contribuinte poderá compensar o saldo credor acumulado na apuração do imposto de que trata o art. 155, inciso IV, deduzindo-se o valor compensado da participação da União na sua arrecadação, prevista no art. 156-A, I.</p>	<p>o valor arrecadado poderá ser compensado com a Cofins.</p> <p>Após esse período de 2 anos, caso haja algum saldo credor acumulado, garante-se sua restituição em até 60 dias, ou então sua compensação com o IBS devido (reduzindo-se essa quantia da parte que a União tem direito desse imposto).</p>
	<p>Art. 4º Nos cinco primeiros exercícios após o início da vigência deste artigo, o produto da arrecadação dos impostos previstos no arts. 153, III, VIII e IX, e 155, III e IV, da Constituição Federal, com redação dada por esta Emenda Constitucional, será distribuído entre a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município de acordo as seguintes regras:</p>	<p>Regras de transição:</p> <p>- nos cinco primeiros exercícios após o início dos efeitos desta Emenda Constitucional, a distribuição do produto da arrecadação do Imposto de renda, Imposto Seletivo, ITCMD, IPVA e IBS entre os entes federativos se dará na mesma proporção da participação de</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
	<p>I - a arrecadação dos impostos mencionado no caput será depositada em conta unificada;</p> <p>II - sua distribuição será realizada automaticamente de acordo com a participação percentual de cada ente federativo na arrecadação, líquida de restituições, dos impostos e contribuições previstos nos arts. 153, III, IV e V; 155, I a III; 156, III; 177, § 4º; 195, I, “b” e “c”, e IV; 212, § 5º; e 239, da Constituição Federal, com redação anterior à dada por esta Emenda Constitucional;</p> <p>III - serão subtraídas da arrecadação do ente federativo as entregas realizadas de acordo com os arts. 158, III e IV; e 159; da Constituição Federal, e art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, todos com redação anterior à dada por esta Emenda Constitucional, e adicionadas à arrecadação do ente federativo que as recebeu;</p> <p>IV - os cálculos serão feitos com base nas arrecadações e entregas ocorridas no exercício da publicação desta Emenda Constitucional e nos dois anteriores.</p> <p>§ 1º A partir do décimo quinto exercício após o início da vigência deste artigo, a distribuição do produto da arrecadação dos impostos mencionados no caput deste artigo será realizada de acordo com as alterações estabelecidas por esta Emenda Constitucional, observada a seguinte transição:</p> <p>I - no sexto exercício após o início da vigência deste artigo, noventa por cento da distribuição será realizada com base nas regras previstas no caput deste artigo e dez por cento, com base nas alterações estabelecidas por esta Emenda Constitucional;</p>	<p>cada um desses entes na arrecadação total tributos existentes anteriormente (IR, IPI, IOF, ITCMD, ICMS, IPVA, ISS, CIDE-Combustíveis, CSLL, Pis/Pasep, Cofins, Pis-Importação, Cofins-Importação e Salário Educação), nos 3 exercícios precedentes deduzidas as entregas a outros entes federativos (FPE, FPM, FPEX, Fundos Constitucionais N-NE-CO, e cotas-parte 25% do ICMS e de 50% do IPVA), que serão somadas à arrecadação do ente federativo que as recebeu;</p> <p>- do 6º ao 14º exercícios, passa-se efetuar a partilha dos tributos novos parte com a proporção relativa à arrecadação antiga e parte com as regras novas, aumentando a parte da regra nova em 10% ao ano;</p> <p>- Por 5 anos, serão garantidas as vinculações à seguridade social, à saúde, à educação, ao seguro-desemprego e ao abono salarial, verificadas nos 3 exercícios anteriores, com relação à participação de cada ente federado. Nos 10 anos seguintes, será aplicada regra de transição semelhante à da partilha da arrecadação (migração de 10 pontos percentuais ao ano para a nova regra constitucional). Em todos os casos, são respeitadas as desvinculações de receitas</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
	<p>II - no sétimo exercício, oitenta por cento e vinte por cento, respectivamente;</p> <p>III - no oitavo exercício, setenta por cento e trinta por cento, respectivamente;</p> <p>IV - no nono exercício, sessenta por cento e quarenta por cento, respectivamente;</p> <p>V - no décimo exercício, cinquenta por cento e cinquenta por cento, respectivamente;</p> <p>VI - no décimo primeiro exercício, quarenta por cento e sessenta por cento, respectivamente;</p> <p>VII - no décimo segundo exercício, trinta por cento e setenta por cento, respectivamente;</p> <p>VIII - no décimo terceiro exercício, vinte por cento e oitenta por cento, respectivamente;</p> <p>IX - no décimo quarto exercício, dez por cento e noventa por cento, respectivamente.</p> <p>§ 2º Estabelecida a distribuição a que terão direito a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município, serão calculadas as parcelas de receitas que no período estiveram vinculadas ao financiamento da seguridade social (art. 195), da educação básica pública (art. 212, § 5º), do programa do seguro-desemprego e abono salarial (art. 239, caput), dos programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (art. 239, §1º), e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (art. 60, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e garantidas as respectivas destinações nos cinco primeiros exercícios</p>	<p>da União (DRU) e as disposições do art. 110 do ADCT (Novo Regime Fiscal)</p> <p>- os cálculos acima serão feitos pelo Tribunal de Contas da União.</p> <p>Com a nova transição, além da renumeração do artigo foi necessário garantir a contagem dos cinco anos a partir da vigência da Emenda (4º ano após a publicação).</p> <p>Além disso, no inciso II do caput, alteramos a redação para deixar claro que a distribuição dos tributos se dará de acordo com a participação percentual (e não nominal) de cada ente federativo na arrecadação líquida. No §2º, incluímos, na transição das vinculações, também as referentes ao programas de desenvolvimento econômico por meio do BNDES (art. 239, §1º).</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
	<p>após o início da vigência deste artigo, observada transição análoga à definida no § 1º deste artigo.</p> <p>§ 3º As aplicações mínimas nas ações e serviços públicos de saúde (art. 198, § 2º) e na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212, caput) serão calculadas conforme o § 2º deste artigo, exceto no caso da União, que observará o disposto no art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p> <p>§ 4º O cálculo de que trata o § 2º deste artigo observará as desvinculações de receitas estabelecidas nos arts. 76 a 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p> <p>§ 5º O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo necessários para a aplicação do disposto deste artigo.</p>	
	<p>Art. 5º Lei complementar definirá a forma de aproveitamento dos saldos credores acumulados dos impostos e contribuições previstos nos arts. 153, IV; 155, II; 177, § 4º; 195, I, “b”, e IV; e 239, da Constituição Federal, com redação anterior à dada por esta Emenda Constitucional.</p>	<p>Lei complementar definirá como poderão ser aproveitados os saldos credores acumulados de IPI, ICMS, PIS/Pasep, Cofins, Pis-Importação e Cofins-Importação.</p> <p>Renumeração do artigo.</p>
	<p>Art. 6º Até que produza efeitos a lei complementar a que se refere o art. 161, II, “b”, da Constituição Federal, o produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 155, III, sobre veículos automotores aquáticos ou aéreos será distribuído entre os Municípios de forma diretamente proporcional à população.</p>	<p>Regra transitória de divisão do IPVA sobre veículos automotores aquáticos e aéreos, até a vigência da lei complementar prevista no art. 161, II, b.</p> <p>Renumeração do artigo.</p>
	<p>Art. 7º As Leis complementares de que trata o art. 155-A da Constituição Federal deverão ser apresentadas no prazo máximo de cento e oitenta dias, contados da data da publicação desta Emenda Constitucional, fixando</p>	<p>Estabelece prazo para apresentação das leis complementares do Super-Fisco Nacional, prevendo o aproveitamento dos atuais servidores.</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
	regras de aproveitamento dos atuais titulares de cargos das administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para atuar em âmbito nacional.	Renumeração do artigo e correção da concordância verbal.
	<p>Art. 8º Esta Emenda Constitucional entra em vigor:</p> <p>I – em relação ao art. 3º, a partir do segundo exercício subsequente ao de sua publicação;</p> <p>II – em relação aos demais artigos, a partir do quarto exercício subsequente ao de sua publicação.</p> <p>Parágrafo único. As normas regulamentadoras das alterações no Sistema Tributário Nacional promovidas por esta Emenda Constitucional poderão ser editadas a partir da data da sua publicação.</p>	<p>Nova regra de vigência:</p> <p>Nos 2º e 3º anos após a publicação da Emenda, será cobrada contribuição provisória similar ao IBS, compensável com a Cofins.</p> <p>No 4º ano após a promulgação da Emenda, começa a funcionar o novo sistema, bem com a regra de transição de 15 anos.</p> <p>As normas reguladoras dos novos tributos podem ser elaboradas já a partir da publicação da Emenda.</p>
	<p>Art. 9º Ficam revogados, a partir do quarto exercício subsequente ao da publicação desta Emenda Constitucional, os seguintes dispositivos:</p> <p>I - da Constituição Federal: art. 153, IV e V do <i>caput</i> e §§ 3º e 5º; art.155, I e II do <i>caput</i> e §§ 1º a 5º; art. 156, III do <i>caput</i> e § 3º; art. 157, II do <i>caput</i>; art. 158, IV do <i>caput</i>; art. 159, II e III do <i>caput</i> e § 4º; art. 177, §4º; art. 195, I, “b” e “c”, e IV do <i>caput</i> e § 12;</p> <p>II - do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: art. 91.</p> <p>Parágrafo único. Em relação aos tributos a que se referem os dispositivos revogados por este artigo, será observado o seguinte:</p> <p>I - os impostos e contribuições previstos nos arts. 153, IV e V; 155, II; 156, III; 177, § 4º; 195, I, ‘b’ e IV;</p>	<p>Revogações expressas, com a garantia de vigência dos tributos antigos até a produção de efeito das normas que permitirem a cobrança dos novos.</p> <p>Alterou-se a regra de revogação para coincidir com a vigência, bem como se eliminou a revogação do art. 239, § 1º.</p>

Quadro comparativo da PEC da Reforma Tributária

Legislação	Emenda Aglutinativa	Observações
	<p>212, § 5º; e 239; com redação anterior à dada por esta Emenda Constitucional, serão exigidos até a produção de efeitos das leis que instituírem os impostos de que tratam os arts. 153, VIII, e 155, IV;</p> <p>II - a contribuição prevista no art. 195, I, 'c', com redação anterior à dada por esta Emenda Constitucional, será exigida até a produção de efeitos da lei que majorar o imposto de renda da pessoa jurídica para compensar sua extinção;</p> <p>III - o imposto previsto no art. 155, I, com redação anterior à dada por esta Emenda Constitucional, será cobrado pela União com base nas legislações estaduais até a produção de efeitos da lei que instituir o imposto de que trata o art. 153, IX, observada a entrega do art. 158, VI, que será realizada de acordo com a população do Município até a produção de efeitos da lei complementar de que trata o art. 161, II, "a", 1.</p>	